

AS RELAÇÕES MÉXICO-ESTADOS UNIDOS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÔMICA

MEXICO AND UNITED STATES RELATIONS: AN HISTORICAL AND ECONOMICAL PERSPECTIVE

BEATRIZ WALID DE MAGALHÃES NADDI¹
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
E-mail: bwnaddi@gmail.com

Resumo: Logo no início da história mexicana pode-se perceber a influência que os Estados Unidos teriam sobre o México. Com as mudanças no direcionamento da política econômica internacional e os abalos macroeconômicos sofridos pelo México durante a década de 1980, ocorreu neste período uma aguda remodelação das relações México-Estados Unidos. Tal remodelação se estabeleceu no sentido de uma maior aproximação entre estes a partir de então, chegando a institucionalização de suas relações com a criação do NAFTA. Desta forma, por meio da análise de dados macroeconômicos, comerciais e sociais buscou-se compreender quais os efeitos de tal relação sob os mais diversos aspectos do Estado mexicano. Assim, com base em tal análise, se verifica uma forte interdependência assimétrica do México em relação aos Estados Unidos o que reflete na vulnerabilidade mexicana frente aos abalos advindos do sistema internacional. Contudo, nos últimos anos tal atrelamento vem diminuindo com a acentuação da participação de outros países e regiões em importantes áreas da economia mexicana.

Palavras-chave: MÉXICO; ESTADOS UNIDOS; INTEGRAÇÃO; NAFTA.

Abstract: *Since the beginning of the Mexican history, it is possible to see the influence that the United States would have on Mexico. With the changes of direction of international economic policy and macroeconomic shocks suffered by Mexico during the 1980s, there was an acute remodeling of the Mexico-United States relations. The remodeling occurred towards a closer relation between them since that moment, reaching the institutionalization of such relation with the creation of NAFTA. In this way, this article pursues the comprehension of the effects of such a relation in the most diverse aspects of the Mexican state, through a macroeconomic, trade and social data. Thus, based on this analysis, there is a strong asymmetric interdependence of Mexico toward the United States, which reflects the Mexican's vulnerability to shocks coming from the international system. However, in recent years this linkage has been decreasing with the accentuation of the participation of other countries and regions in important areas of the Mexican economy.*

Keywords: MEXICO; UNITED STATES; INTEGRATION; NAFTA.

¹Beatriz Walid de Magalhães Naddi é graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

As relações México-Estados Unidos

Maior potência mundial do pós-Guerra Fria, os Estados Unidos exercem uma grande influência no sistema internacional, o que não seria diferente em relação ao México. Com uma fronteira de 3.141 quilômetros de extensão, os vizinhos México e Estados Unidos compartilham uma histórica relação, que tem como elemento constante a desconfiança (BERNAL-MEZA, 2007; MANAUT, 2006). Em função dos conflitos ocorridos entre estes dois países, pautados principalmente no aspecto territorial², o México baseia sua desconfiança justamente sob este ímpeto expansionista e intervencionista estadunidense. Por outro lado, os Estados Unidos, possuindo instituições mais maduras, desconfia das instituições, governo e estrutura social mexicana, pois entende esta instabilidade de seu vizinho do sul como uma ameaça à sua segurança nacional.

A partir dos governos desenvolvimentistas mexicanos no século XX, a histórica desconfiança entre os vizinhos foi administrada por meio de uma troca de garantias. Enquanto os Estados Unidos não intervissem na democracia mexicana e em sua autonomia externa, o México garantiria sua estabilidade interna no sentido de não perturbar a segurança nacional dos Estados Unidos. De acordo com Schiavon (2006), essa troca de garantias é fundamental e preponderante na relação entre México e Estados Unidos até os dias de hoje, pois quanto mais o México garantir sua estabilidade e a segurança de sua fronteira norte, maior será sua margem de soberania; por outro lado, “se não se garante esta estabilidade e segurança, os Estados Unidos pressionaram o governo mexicano para que modifique suas políticas de acordo a estas prioridades”³ (SCHIAVON, 2006: 2, tradução nossa), limitando, portanto, a autonomia mexicana.

Não obstante, as mudanças do direcionamento da política econômica internacional e os abalos macroeconômicos sofridos pelo México durante a década de 1980 levaram a uma aguda remodelação das relações México-Estados Unidos no sentido de uma maior aproximação entre estes. Nos Estados Unidos, o enfraquecimento da União Soviética tornou a vitória

² De acordo com Rincones (2004), antes de 1846, o território mexicano se estendia até os atuais estados estadunidenses de Califórnia, Arizona, Novo México e Texas; no entanto, através da conquista por meio de conflito da região do Texas e da compra por uma quantia irrisória da região da Califórnia, Arizona e Novo México, realizada por meio do Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848), o México perdeu mais da metade de seu território aos Estados Unidos.

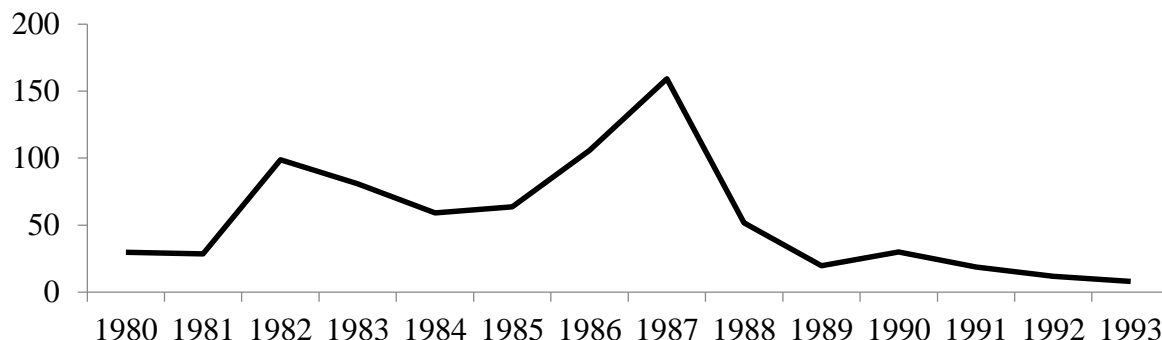
³ “si no se garantiza dicha estabilidad y seguridad, Estados Unidos presionará al gobierno mexicano para que modifique sus políticas de acuerdo a estas prioridades” (SCHIAVON, 2006: 2).

estadunidense mais visível, o que acarretou na necessidade da nova hegemonia mundial direcionar seus olhares para outras regiões do mundo antes em menor evidência em suas estratégias. Enquanto isso, no México, o discurso estatal e protecionista presente nos governos mexicanos desde a Revolução Mexicana em 1910 caiu em meio aos diversos choques econômicos sofridos na década de 1970 e 1980, entrando em cena a concepção neoliberal, a qual redefiniu o projeto de desenvolvimento econômico mexicano, que a partir de então partiria da estratégia de vinculação econômica ao exterior, mais especificamente aos Estados Unidos (ARRIAGA, 1995).

Com a falência dos Estados desenvolvimentistas na América Latina e a possibilidade de manter-se mais atento a seu próprio hemisfério, os Estados Unidos, juntamente com instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, passaram a financiar a implantação do neoliberalismo na região como forma de satisfazer suas ambições econômicas. Pode-se perceber a partir desse momento, uma orientação das relações estadunidense em um sentido muito mais econômico, pois ao contrário do caráter político que carregava a Guerra Fria, agora os Estados Unidos precisavam se financiar como uma hegemonia mundial, e para isso era necessário estabelecer uma influência econômica de fato no continente⁴.

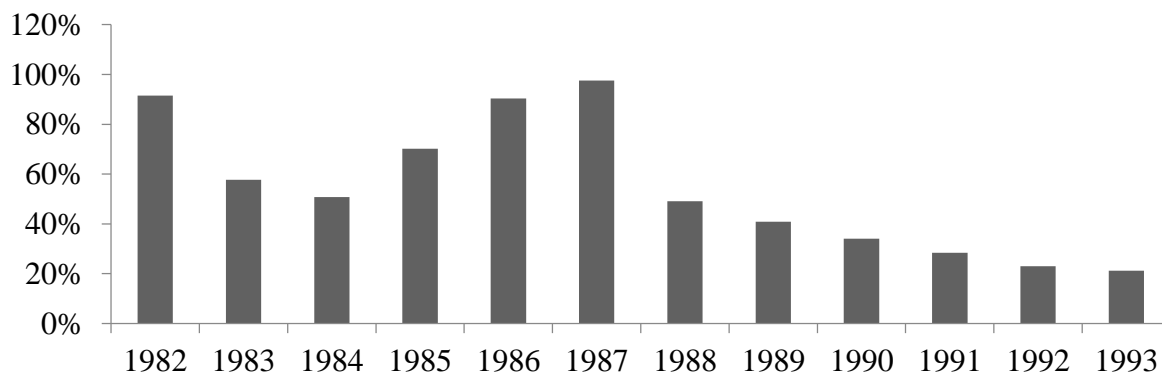
Já em relação ao México, o primeiro passo deste em direção a liberalização de sua economia foi adesão ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT – sigla em inglês) no ano de 1986. Internamente, o Estado mexicano passou por diversas reformas de caráter neoliberal no intuito de equilibrar seus indicadores macroeconômicos, como sua inflação e dívida externa pública, obtendo um significativo resultado (PETERS, 2000), como se pode constatar nos Gráficos 1 e 2. Levando em consideração o período da década de 1980, quando estourou a crise da dívida, até antes da adesão ao NAFTA, percebe-se que o pico de 159% de inflação no ano de 1987, foi rapidamente baixado, chegando a 8,1% em 1993. De igual maneira, a porcentagem da dívida externa pública, que vinha em ascensão até 1987 chegando a quase 100% do PIB, sofreu uma significativa queda de por volta de 50% em 1988, reduzindo-se progressivamente nos anos consecutivos.

⁴ É importante ressaltar que existe uma vinculação clara dos interesses econômicos sobre os interesses políticos, não podendo nunca desassociar um do outro, no entanto, o que se defende aqui é a ferramenta de intervenção estadunidense, que no pós Guerra Fria passa a ser a ferramenta econômica de forma mais incisiva, não deixando de lado, porém, o uso de intervenções políticas se necessário a fim de alcançar objetivos econômicos.

Gráfico 1. Inflação Mexicana em % (1980-1993)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) (2015)

Por outro lado, apesar do sucesso no controle dos índices macroeconômicos, as políticas neoliberalizantes exigidas pelo FMI em troca da renegociação da dívida, como a desvalorização cambial (que chegou a 500%), o corte dos gastos públicos, a elevação da taxa de juros interna e o aumento dos preços e tarifas dos serviços públicos (MALDONADO, 2012), resultaram em sérias perdas sociais, como a desvalorização do salário real, o desamparo social frente ao corte de gastos com serviços públicos e, conseqüentemente, o empobrecimento da população em geral. Como se pode constatar pelo índice disponibilizado pelo Banco Mundial (2015) sobre a porcentagem da população de vive com menos de US\$ 2,00 por dia, houve um aumento da parcela de mexicanos nesta categoria durante este período, passando de 6,55% no ano de 1989 para 15,18% em 1992.

Gráfico 2. Porcentagem da dívida externa pública em relação ao PIB

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Banco do México (2014)

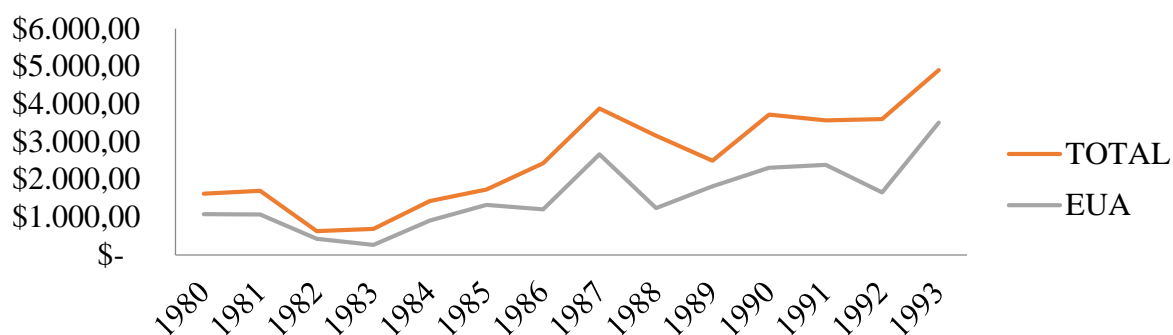
Uma das principais vias de introdução e manutenção do neoliberalismo em um Estado é a liberalização do marco regulatório dos investimentos estrangeiros, que no caso do México ocorreu por meio de progressivas mudanças na Lei de Investimento Estrangeiro (primeiramente em 1989 e depois em 1993), levando a um aumento exponencial dos investimentos externos diretos (IED) ao país. O IED dentro da liberalização econômica tem um papel fundamental, pois é por meio dele que se desenvolvem os processos de privatizações, ou seja, a medida que ocorre a liberação do acesso de capital externo ao país, este assume o papel de empresário, no lugar do Estado desenvolvimentista falido.

As principais vias pelas quais os IEDs se introduziram no México foram: a) pela compra, ampliação e modernização dos ativos provenientes da venda de empresas estatais; b) por investimento em projetos direcionados ao mercado estadunidense; c) pela ampliação e modernização das empresas estrangeiras já existentes; d) pela aquisição de empresas mexicanas; e por fim, e) pela fusão entre empresas mexicanas e estrangeiras (VEGA, 2003). Dentre os principais investidores, os Estados Unidos foram o maior, como podemos constatar nos dados que apresentam que de 1980 a 1993 o IED estadunidense no México cresceu 325%, representando neste último ano 71% de todo IED recebido pelo Estado mexicano (Gráfico 3). Em relação ao destino do IED estadunidense, se destaca como principal o setor manufatureiro, mais especificamente as maquiladoras.

O investimento externo direto tem aumentado em relação aos anos anteriores ao NAFTA em várias áreas fundamentais da economia: manufaturas basicamente compostas por maquiladoras; corporações multinacionais da indústria automotriz, que têm um ínfimo grau de integração com a economia nacional; [e] do comércio, como o Wal-Mart, que veio para implantar distintas modalidades de consumo”⁵ (RUIZ, 2004: 9, tradução nossa).

⁵ “La inversión extranjera directa se ha incrementado respecto a los años previos del TLCAN, en varios espacios fundamentales de la economía: manufacturas básicamente compuestas por maquiladoras; corporaciones multinacionales de la industria automotriz, que tienen un ínfimo grado de integración con la economía nacional; [y] del comercio, como Wal-Mart, que ha venido a marcar modalidades distintas de consumo” (RUIZ, 2004: 9).

Gráfico 3. Investimento Externo Direto do México em milhões US\$ (1980-1993)

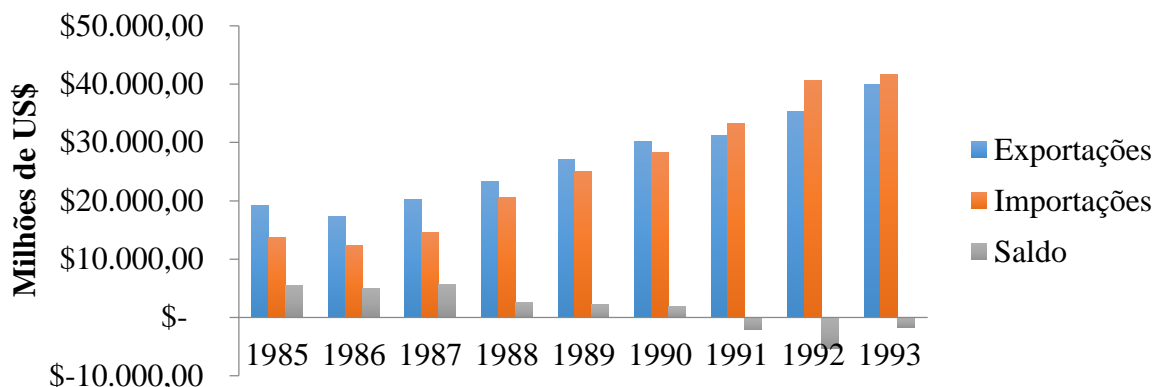


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Banco do México (2015).

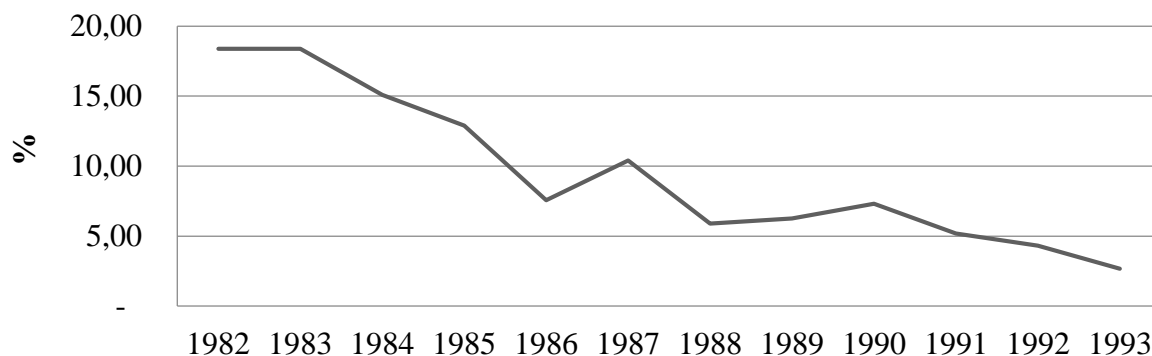
Como consequência, a economia mexicana foi se atrelando paulatinamente à dos Estados Unidos. Entretanto, ainda havia barreiras do lado estadunidense que dificultavam a entrada dos produtos mexicanos, o que resultava em um saldo negativo em sua balança comercial (Vide Gráfico 4). Isto é, apesar da economia e do mercado mexicanos estarem se abrindo aos investimentos e produtos estadunidenses, esta relação não era recíproca em função do protecionismo dos Estados Unidos, que impunha diversas barreiras, tarifárias e não tarifárias, as quais dificultavam a entrada de produtos mexicanos e, assim, colocava em risco o desenvolvimento do novo modelo de crescimento do México, voltado ao mercado exterior. Como podemos notar no Gráfico 4, à medida que aumentavam as trocas comerciais entre Estados Unidos e México, se acentuava também o déficit na balança comercial mexicana.

Esta necessidade pelo mercado estadunidense crescia ainda mais conforme a produção nacional entrava em um processo de despetrolização⁶ da economia como se pode ver na queda do rendimento do petróleo em relação ao PIB (vide Gráfico 5). Em contra partida, o setor manufatureiro mexicano passou a se fortalecer com a liberalização econômica e a entrada facilitada dos IEDs (BRID, VALDIVIA, NÁPOLES, 2005).

⁶ Da década de 1970 até meados de 1980, o comércio exterior mexicano passou por uma etapa de petrolização da economia (RUIZ, 2004: 5).

Gráfico 4. Balança comercial México-Estados Unidos (1985-1993)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do United States Census Bureau (2015)

Gráfico 5. Renda do petróleo mexicano (% do PIB)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Paralelamente à preocupação mexicana em relação à abertura do mercado de seu vizinho ao norte, os Estados Unidos passaram a perceber como um risco o surgimento de blocos econômicos ao redor do mundo, sendo os maiores competidores, de acordo com Sader (2002), a Comunidade Econômica Europeia (que posteriormente, com o Tratado de Maastricht, se tornou a União Europeia) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Neste contexto, os Estados Unidos começaram a vender a ideia da formação de uma área de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, como forma de assegurar sua supremacia no continente para, como afirma Hernández (2010), se inserirem comercialmente e obter as vantagens econômicas da América Latina (mão de obra barata, oportunidades de investimento, geração de economia de escala, conquista de mercado e etc.), e, com base nisso, se lançarem no mercado internacional de maneira mais competitiva.

Como forma de explicitar a estratégia dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2002) descreve os principais objetivos da economia estadunidense frente ao mundo, sendo estes: implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a livre circulação de bens, serviços e capital; manter a capacidade de proteção de setores da economia estadunidense ameaçados pela competição estrangeira; introduzir outros Estados a adotarem instituições, normas e políticas econômicas semelhantes às estadunidenses; garantir o acesso direto às fontes de matéria-prima, em especial à energia; garantir a liberdade de ação das empresas estadunidenses em outros países; e impedir a transferência de tecnologia, para inibir o surgimento de competidores nos mercados de alto valor agregado.

Logo, o processo de integração teve seu primeiro passo com surgimento do tratado de livre comércio entre Estados Unidos e Canadá, que iria se tornar, na visão mexicana, um risco aos seus produtos que se destinavam ao mercado estadunidense e que já encontravam dificuldades de se introduzir. Em resposta, o México propôs a formação de uma área de livre comércio na América do Norte, para assim assegurar a entrada mais facilitada de seus produtos no grande mercado consumidor estadunidense (HERNÁNDEZ, 2010), contribuindo, desta maneira, para seu crescimento pelo modelo *expor-led growth*.

Harmonizando-se com a proposta mexicana, de acordo com Sader (2002), os Estados Unidos definem, primeiramente, a criação de uma zona de livre comércio na América do Norte, que já garantiria acesso a uma vasta gama de oportunidades com o México, e posteriormente, a expansão de tal zona paulatinamente para o resto do continente, sendo o primeiro país latino-americano a ser agregado o Chile⁷. É em meio a este cenário, portanto, que nasce o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA – sigla em inglês) entre Canadá, Estados Unidos e México.

O México no NAFTA

Muito mais que apenas uma ferramenta econômica e jurídica para criar empregos, fomentar o comércio e atrair IED, o NAFTA para o México representou um fator importante para a concretização da mudança de paradigma de crescimento mexicano, com o objetivo de

⁷ Como não é objetivo deste artigo tratar sobre o intento da formação de um bloco pan-americano, só é importante ressaltar que esta estratégia posterior de expansão do NAFTA não conseguiu ser levada a diante, em função da crise financeira mexicana em 1994 e do fortalecimento do MERCOSUL, sendo mudada então tal estratégia para a formação direta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

modernizar-se e inserir-se entre as economias desenvolvidas (HERNÁNDEZ, 2010). Nesse sentido, por meio do aumento das exportações, o México poderia inverter sua balança comercial com os Estados Unidos, o que lhe ajudaria a manter o equilíbrio macroeconômico e cumprir seus compromissos com a dívida externa.

Além disso, o bloco trazia outras expectativas, como o aumento do emprego no México, uma vez que se supunha que ao virem mais empresas e investimentos externos ao país, automaticamente isso teria um efeito positivo sobre a oferta de emprego. Outra grande expectativa da população mexicana era que o bloco gerasse uma convergência econômica e um equilíbrio de salários entre o México e os Estados Unidos, aumentando, portanto, os salários reais no país latino-americano (VEGA, 2003). Com este esperado aumento da renda dos mexicanos, se presumia, então, que as migrações do México para os Estados Unidos diminuiriam drasticamente.

Após a formação da zona de livre comércio, o sucesso no controle dos indicadores macroeconômicos foi garantido – seguindo a tendência que vinha ocorrendo antes mesmo da criação do NAFTA com a liberalização econômica a partir de meados da década de 1980 –, com a contínua queda da inflação e da dívida externa pública (RUIZ, 2004).

Com a abertura ainda maior aos IED garantida pelo NAFTA, estes ganharam enormes proporções e foram de imensa importância para financiar a economia mexicana no sentido do desenvolvimento do setor manufatureiro, como no caso da recessão de 1994/1995⁸, em que as empresas locais tiveram que se modernizar e se tornar mais competitivas para buscar mercados externos com o intuito de compensar o colapso do mercado interno (BRID, VALDIVIA, NÁPOLES, 2005). Além disso, o IED seguiu tendo um papel fundamental no financiamento das maquiladoras e das privatizações, sendo que um dos setores mais afetados pelas privatizações foi o setor bancário, pois de acordo com Ruiz (2004), com exceção do BANORTE, todos os outros bancos mexicanos estão nas mãos do capital estrangeiro⁹.

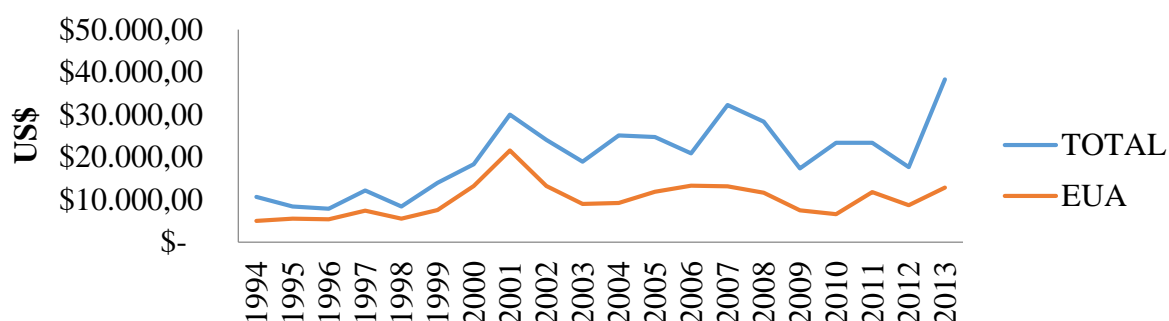
Apesar de continuar crescendo, o IED no México sofreu grandes abalos em função das crises internas (crise financeira mexicana de 1994) e externas (ataques terroristas de 11 de setembro

⁸ Dado o instável cenário político mexicano com o levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) na região de Chiapas contra o NAFTA, houve no ano de 1994 uma grande fuga de capitais, gerando uma crise econômica que ficou conhecida como Efeito Tequila.

⁹ “BANAMEX fue vendido al CITIGROUP de Estados Unidos, BANCOMER a BBVA de España, SERFIN a Santander también de España y BITAL a HSBC de Inglaterra” (RUIZ, 2004: 6)

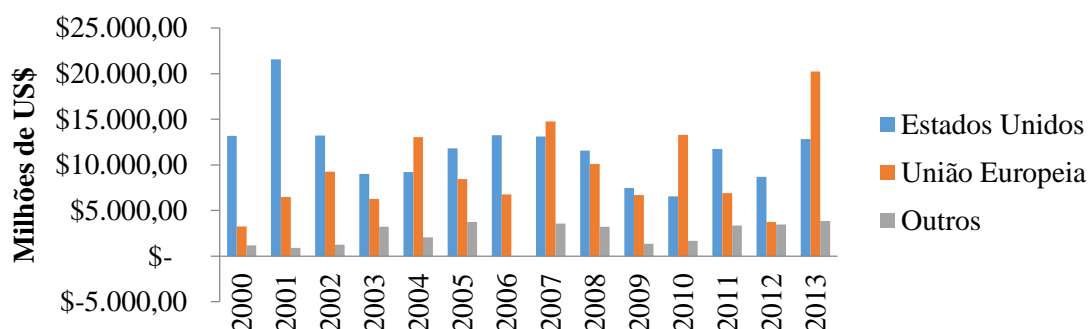
de 2001 e crise econômica de 2008/2009). No entanto, mesmo com a relativa recuperação do IED nos anos seguintes as crises, os investimentos estadunidenses vêm caindo e se distanciando cada vez mais do total recebido pelo México (Vide Gráfico 6), uma vez que enquanto em 2001 os IEDs estadunidenses representavam 72%, em 2013 estes só representam 34%. Na busca por entender este fenômeno, se faz útil analisar o crescimento de IED proveniente de outras regiões, o que nos leva a observar um aumento considerável, no entanto não contínuo, da participação dos investimentos provenientes da União Europeia (Vide Gráfico 7).

Gráfico 6. Investimento Externo Direto no México (1994-2013)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela Secretaria de Economia do México (2015)

Gráfico 7. Investimento Externo Direto (2000-2013)

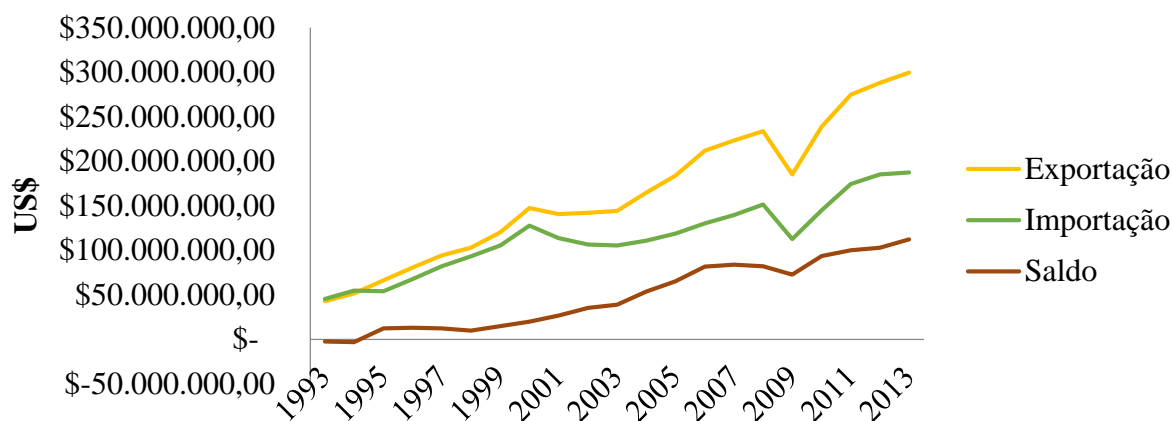


Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados pela INEGI (2015)

Em relação ao comércio exterior, como se pode constatar nos dados seguintes (Gráfico 8), o incremento do comércio entre México e Estados Unidos é significativo, pois além do Estado

mexicano ter conseguido inverter a balança comercial a seu favor já em 1994¹⁰, este conseguiu obter uma porcentagem média de crescimento de 11% nas exportações e 10% nas importações entre 1994 e 2013. No entanto, percebe-se também o quanto a economia mexicana está atrelada à economia e à política estadunidense, pois em momentos de crise nos Estados Unidos, como os ataques terroristas em 2001 e a bolha imobiliária em 2008/2009, ocorreram bruscas quedas no comércio entre estes, o que evidencia a interdependência assimétrica estabelecida entre estes dois Estados, refletindo em um aumento da vulnerabilidade externa mexicana.

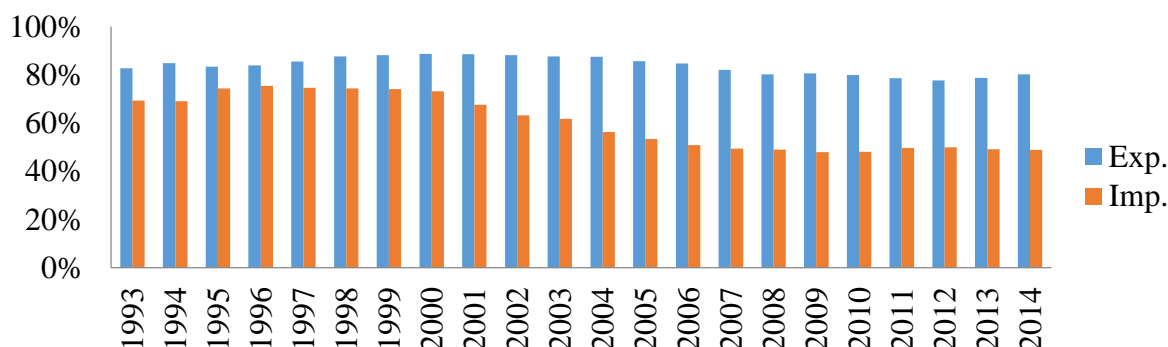
Gráfico 8. Balança comercial México-Estados Unidos (1993-2013)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

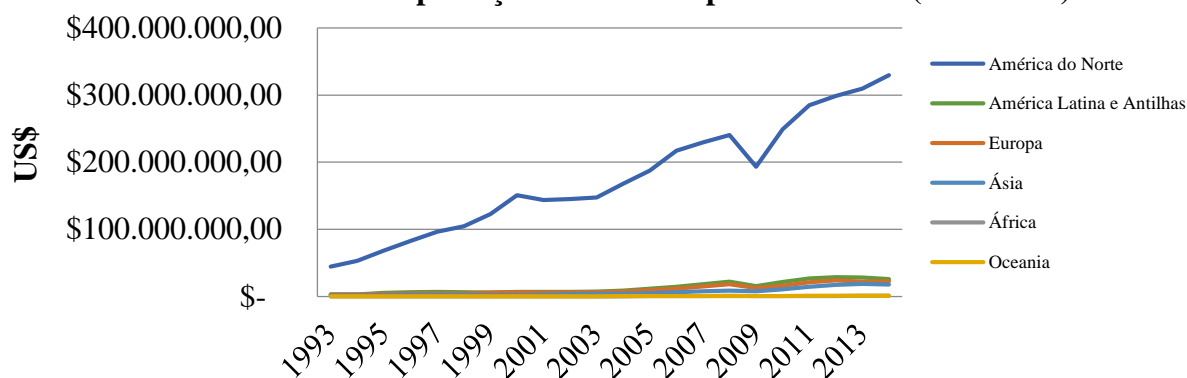
Esta interdependência e vulnerabilidade ficam explícitas ao se analisar a porcentagem que o comércio com os Estados Unidos tem sobre o comércio exterior mexicano (Gráfico 9). Levando em consideração as exportações, estas chegaram a ser quase 90% destinadas ao mercado estadunidense entre 1998 e 2004. No entanto, se seguirmos a analisar o gráfico nos anos seguintes a este período de boom nas exportações aos Estados Unidos, se percebe uma pequena diminuição da proporção das exportações mexicanas ao mercado estadunidense.

¹⁰ Segundo Peters (2000), a balança comercial mexicana logrou obter superávit neste ano por conta da desvalorização do peso e consequente contração nas importações, resultados na crise financeira de 1994.

Gráfico 9. Porcentagem das exportações e importações com os EUA do total

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Essa tendência de diminuição do peso das exportações aos Estados Unidos pode ser confirmada pela verificação de um relativo aumento da participação de outras regiões nas exportações mexicanas. Mesmo que uma grande diferença separe as exportações mexicanas com destino à América do Norte do restante, as exportações para a América Latina e Antilhas, Europa e Ásia¹¹, respectivamente, vem crescendo desde 2004/2005.

Gráfico 10. Exportações mexicanas por continente (1993-2014)

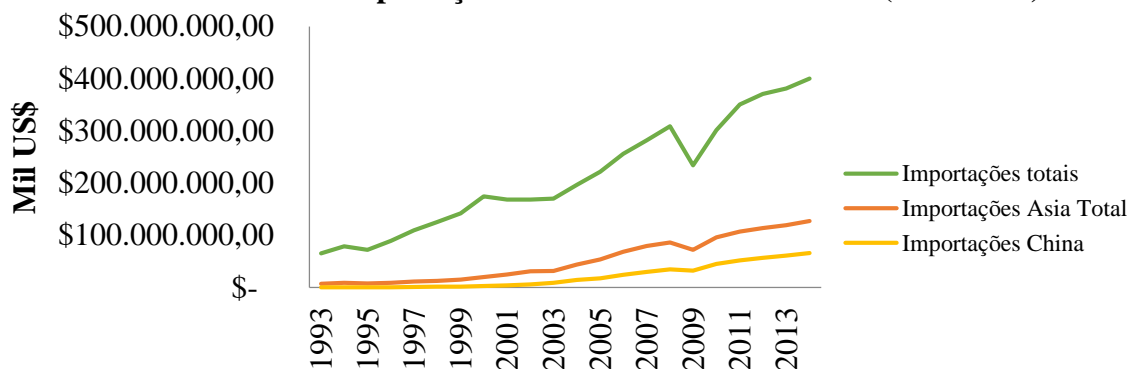
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Em relação às importações provenientes dos Estados Unidos (Vide Gráfico 9), estas apresentam uma porcentagem relativamente menor e vem diminuindo a uma velocidade mais acentuada, o que demonstra que nos últimos 10 anos o México vem buscando outras alternativas de importação. Além disso, a origem das importações recebe influência do aumento da presença de empresas asiáticas, principalmente chinesas (HERNÁNDEZ, 2010), gerando um desvio de

¹¹ África e Oceania se mantém basicamente na mesma linha de crescimento.

importações estadunidenses. De acordo com Vega (2003) a razão que domina o México hoje em dia entre os fatores de localização industrial é de tipo geoeconômico, em função da redução dos custos de produção e transporte, ou seja, o Estado mexicano se tornou uma plataforma de exportação, mormente, destinada aos Estados Unidos, para empresas de todo o mundo.

Gráfico 11. Importações mexicanas - totais e China (1993-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Um fator preponderante para se entender a dinâmica do comércio exterior entre México e Estados Unidos é a maquilização da produção mexicana. O sistema empreendido pelas maquiladoras, de importação de produtos de alto valor agregado para aplicação de trabalho com o uso extensivo de mão de obra, e posteriormente, reexportação destes ao mercado estadunidense, cria uma relação de dependência entre as exportações e importações. A sujeição das exportações às importações ocasiona, de acordo com Vega (2003), uma falta de integração produtiva no México, isto é, por conta do setor exportador estar dependente das importações, não ocorre um encadeamento produtivo nas regiões onde se estabelecem as maquiladoras, o que afeta no desenvolvimento industrial mexicano.

[...] por um lado o NAFTA tem sido o veículo para oferecer ao consumidos mexicano uma grande diversidade de produtos; mas por outro lado se pode observar que há uma importante substituição de bens e serviços nacionais por estrangeiros, que evidentemente se da em desfavor dos produtos nacionais.¹² (RUIZ, 2004: 4, tradução nossa).

Apesar do setor manufatureiro impulsionar o crescimento da economia conforme o novo modelo adotado pelo México, esta atividade é intensamente concentrada em um “pequeno

¹² “[...] por un lado el TLCAN ha sido el vehículo para ofrecerle al consumidor mexicano una gran diversidad de mercancías; pero por otro se puede observar que hay una importante sustitución de bienes y servicios nacionales por extranjeros, que evidentemente se da en demérito de los productores nacionales.” (RUIZ, 2004: 4)

grupo de empresas maquiladoras e de outra índole, com limitações para gerar ou aprofundar seus encadeamentos com outras empresas estabelecidas no México, assim como com uma reduzida participação no emprego total”¹³ (PETERS, 2000: 4, tradução nossa).

Nesse sentido, Peters (2000) continua, afirmando que a maior parte das empresas mexicanas não tem participado deste processo de integração produtiva e crescimento econômico, o que também indica que a competição generalizada na qual o México foi imposto ao abrir seu mercado gerou um processo de falência de diversas empresas mexicanas, gerando um processo de desindustrialização¹⁴.

Apesar de as grandes empresas mexicanas terem conseguido se modernizar frente o aumento da competição (por meio do investimento em tecnologia e modernização, alianças, transnacionalização, inovação de processos e produtos, participação na bolsa de valores), as pequenas sofreram com a forte concorrência de produtos estrangeiros que chegavam a preços mais baixos que os próprios custos de produção nas empresas mexicanas (VEGA, 2003). Além disso, Vega (2003) complementa e afirma que frente a disputa internacional, o México teve que buscar formas de aumentar suas vantagens comparativas, e os métodos utilizados foram a redução dos níveis de salários, a flexibilização das regulamentações do mercado de trabalho e a redução das cargas tributárias para os investidores e produtores.

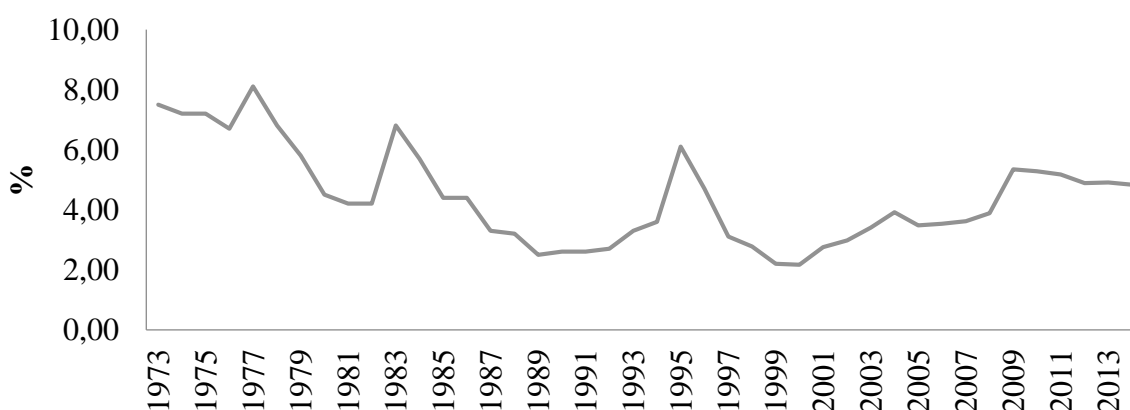
Além dos efeitos do NAFTA sobre a indústria mexicana, o setor da agricultura, apesar de ter sido beneficiado em relação a produção de frutos tropicais e com uso de mão de obra extensiva, sofreu uma grande perda relacionada a principal produção agrícola do país, tanto no âmbito econômico, quanto no social, o milho. Economicamente, o milho é o maior representante da produção agrícola (tanto em volume quanto em valor), e socialmente, ele é o elemento básico da dieta nacional. No entanto, em função de questões como a fertilidade do solo, condições climáticas e apoio recebido pelos produtores estadunidenses por meio de investimento em infraestrutura, crédito e investigação (VEGA, 2003), o México, na realidade, sofre desvantagem no plantio do milho em relação aos Estados Unidos.

¹³ “pequeño grupo de empresas maquiladoras y de otra índole, con limitaciones para generar o profundizar sus encadenamientos con otras empresas establecidas en México, así como con una reducida participación en el empleo total” (PETERS, 2000: 4)

¹⁴ Vale ressaltar que, de acordo com a Peters (2000), o processo de desindustrialização estaria ocorrendo tanto do México quanto nos Estados Unidos, em função do desenvolvimento tecnológico gerado na produção, aliado à mão de obra barata mexicana.

Nesse sentido, no âmbito socioeconômico algumas expectativas idealizadas com a criação do NAFTA não foram alcançadas e até mesmo tiveram o efeito reverso ao previsto. A diferença do tamanho entre as duas economias, assim como a disparidade de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e de salários, resultou na constituição de um bloco com benefícios em sua maioria restritos as grandes transnacionais (PETERS, 2000), que se aproveitaram do estabelecimento do livre comércio entre um país com um grande mercado consumidor e outro com vasta posse de matéria-prima e mão de obra barata.

Gráfico 12. Taxa de desemprego (1973-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Assim, a expectativa de aumento do salário real e vagas de emprego, não foram alcançadas, pois as principais empresas exportadoras, fonte de esperança aos pró-NAFTA, na realidade têm uma discreta participação na criação de emprego (PETERS, 2000), como podemos notar no Gráfico 12, que mostra que apesar da brusca queda na taxa de desemprego no imediato pós-NAFTA, a partir de 2000 esta vem crescendo paulatinamente.

Um dos fatores que pode ter refletido este efeito é a busca constante por substituição da mão de obra direta pelo uso da tecnologia para a maquinação dos processos, e assim reduzir os custos de produção. De maneira a sintetizar a situação do mercado de trabalho no México, Ruiz (2004) sustenta que o crescente incremento da população economicamente ativa, somado ao aumento da criação de fontes de trabalho não estáveis, como contratações por tempo determinado, e aumento do trabalho informal refletem em uma pressão ainda maior para baixarem os salários.

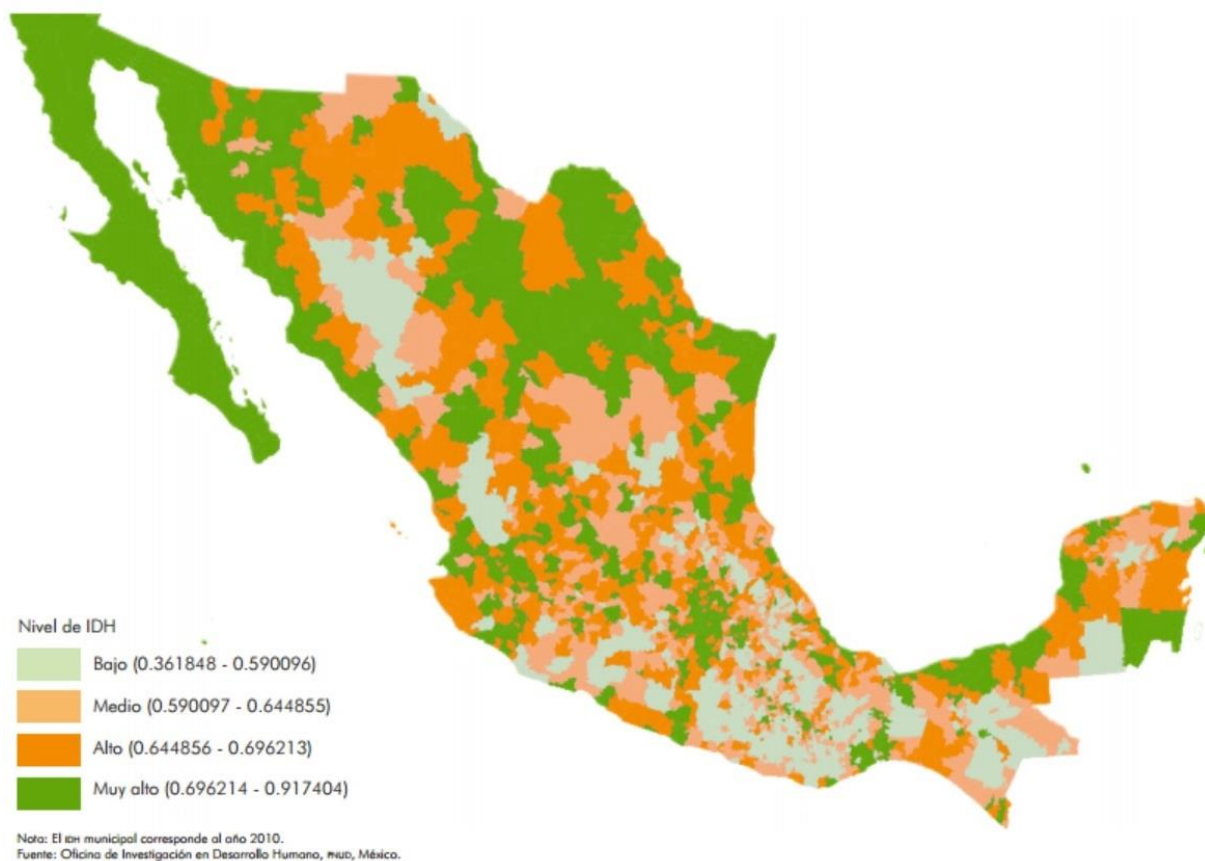
Segundo Ruiz (2004), desde que o NAFTA entrou em vigor, os salários mínimos reais indicam uma perda de poder aquisitivo de 80%, aumentando, por consequência os índices de pobreza,

como constata o Banco Mundial, em que após consecutivas quedas na parcela da população abaixo da linha da pobreza entre 1994 a 2006 (de 52,4% a 42,9%, respectivamente), essa porcentagem começa a crescer, alcançando 52,3% em 2012; ou seja, em quase 20 anos de NAFTA, a maior parte da população mexicana continua abaixo da linha da pobreza.

Em termos de desenvolvimento regional, Vega (2003) afirma que o NAFTA reforçou a tendência que se iniciou desde a chegada das maquiladoras, a um reordenamento espacial das atividades produtivas e do mercado de trabalho para a fronteira norte e algumas outras zonas e cidades do centro e do litoral, deixando, conseqüentemente, um grande vácuo de oportunidades no sul mexicano.

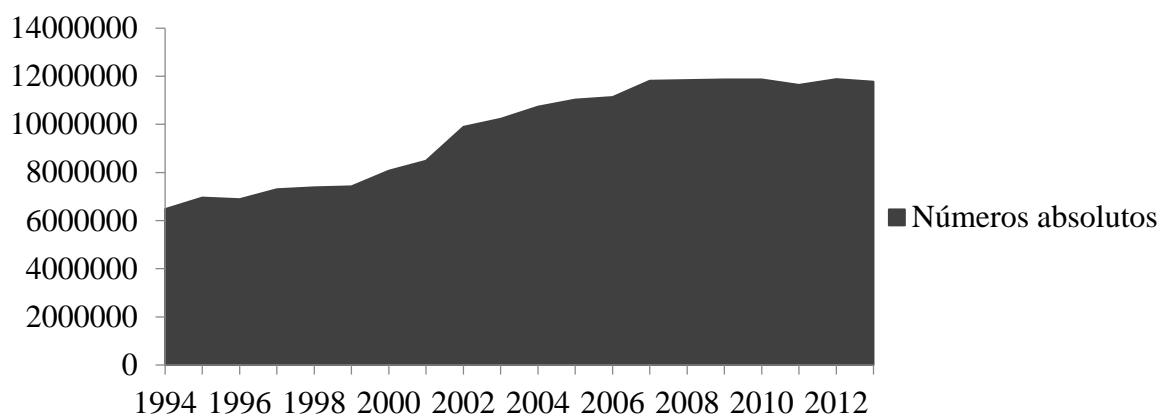
Nesse sentido, Velasco, Cruz e Valdez (2007) atestam que a região que apresentou um melhor desenvolvimento humano foi a norte, enquanto que o centro se mantém praticamente estagnado e o sul com o desenvolvimento mais comprometido, como se pode constatar no Mapa 1, que demonstra o índice de desenvolvimento humano dos municípios mexicanos. Reflexo disso, pode-se destacar a atuação do EZLN a partir de 1994 em Chiapas (ao sul), o qual luta pelos direitos dos povos indígenas e camponeses e contra o neoliberalismo.

Como efeito cascata, a debilidade socioeconômica mexicana resulta no também fracasso da expectativa de queda nas migrações. Assim, a migração continua sendo uma válvula de escape (MANAUT, 2006) para a população mexicana que não logra obter uma melhor perspectiva de trabalho e qualidade de vida como um todo, mesmo com a intensa fiscalização e estratégias de contenção realizadas pelos Estados Unidos, sendo a construção do muro na fronteira um dos elementos mais simbólicos contra a migração ilegal mexicana.



Fonte: PNUD (2014).

A administração Fox (2000-2006) buscou realizar um acordo migratório integral, conhecido como *la enchilada completa*, na tentativa de, segundo Manaut (2006), criar uma gestão compartilhada da segurança da fronteira, conceber documentação e anistia aos imigrantes mexicanos, além de regulamentar um capítulo sobre os direitos dos imigrantes mexicanos; no entanto, com o advento dos ataques terroristas em 2001 aos Estados Unidos, a negociação foi finalizada e prevaleceu o conservadorismo estadunidense.

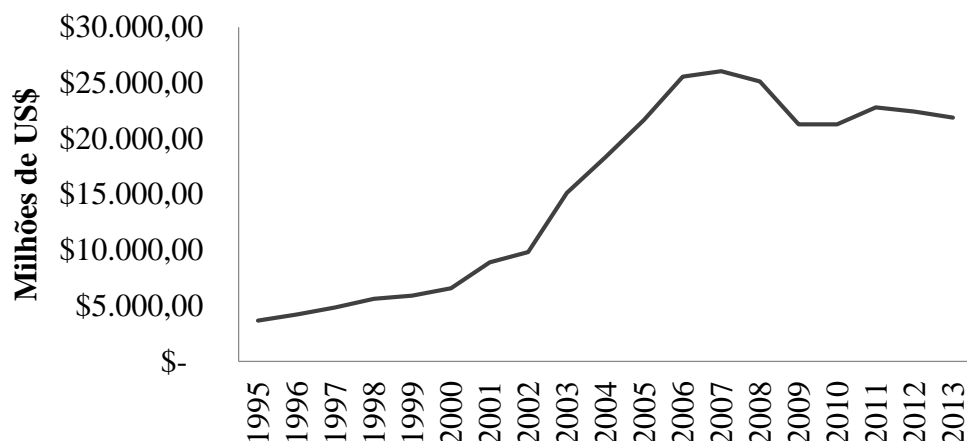
Gráfico 13. População nascida no México vivendo nos EUA

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Consejo Nacional de Población (2015)

Como podemos notar no Gráfico 13, o fluxo migratório de mexicanos aos Estados Unidos cresce até 2007, e a partir de então se estabiliza, o que pode ser consequência, além das diversas barreiras à migração (legal ou ilegal), da crise econômica de 2008 que ainda repercute seus efeitos nos Estados Unidos.

Resultado deste fenômeno migratório, as remessas dos imigrantes mexicanos às suas respectivas famílias no México têm um efeito de tal intensidade sobre a economia mexicana, como podemos notar no Gráfico 14, que – além de garantir a manutenção da qualidade de vida e até mesmo a sobrevivência de algumas famílias, já que o dinheiro enviado é muitas vezes sua única fonte de renda – estas totalizam, no ano de 2013, US\$21.892 milhões, superando o ingresso advindo do turismo (US\$ 13.948 milhões)¹⁵.

¹⁵ As remessas em 2013 só ficam atrás do ingresso gerado pelas exportações petrolíferas (US\$ 48.593 milhões) e do IED (US\$ 35.188 milhões).

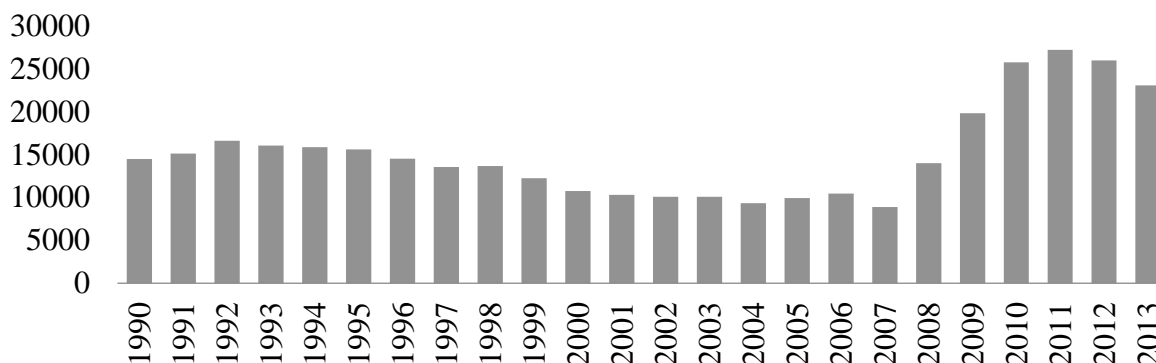
Gráfico 14. Remessas Internacionais no México (1995-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Banco do México (2015)

Já sob o âmbito da segurança, reafirmando-se a importância que tem para os Estados Unidos a manutenção do estado de segurança no México, em meio ao cenário de instabilidade causada pela securitização do terrorismo em nível mundial e pela evolução do distúrbio com o narcotráfico no México, foi formada em 2005 a Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASPAN), cujo objetivo era criar um ponto de diálogo entre os países norte-americanos afim de aperfeiçoar a cooperação em matéria de segurança e economia entre os Estados participantes (MANAUT, 2006).

Um reflexo dessa aliança na relação México-Estados Unidos foi a Iniciativa Mérida¹⁶ firmada três anos após a ASPAN entre os Estados mexicano, estadunidense e América Central com a finalidade de combater o narcotráfico e o crime organizado. Em função do México ser a principal rota de cocaína e outras drogas aos Estados Unidos, os cartéis de droga passaram a ganhar uma enorme magnitude e poder no México, o que fez (e todavia faz) se acentuar os índices de violência, por conta de disputas por zonas de influência e conflito com as forças mexicanas. O resultado desta iniciativa (Gráfico 15) foi um aumento vultoso nos números de homicídio, que vinham em queda desde 1990. Vale ressaltar que esta intensificação da violência foi uma das principais críticas direcionadas ao governo Calderón (2006-2012) (VILLAMAR, 2013).

¹⁶ Também conhecido como Plano México, em alusão ao Plano Colômbia, o qual possui características semelhantes.

Gráfico 15. Mortes por homicídio (1990-2013)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Enfim, nestes vinte anos de NAFTA, percebe-se que apesar do intento de alguns governos em estabelecer uma integração mais sólida em que se abrangessem fatores sociais, este se manteve como uma pura área de livre comércio, onde os interesses são pautados, mormente, sob a ótica neoliberal, de abertura de mercados e redução do papel do Estado na economia.

De acordo com Brid, Valdívia e Napoles “Existe um consenso cada vez mais generalizado que o impacto positivo do NAFTA parece ter se esgotado”¹⁷ (BRID et. al, 2005: 18, tradução nossa), pois apesar do sucesso na contensão do desequilíbrio macroeconômico pós crise da dívida, não se conseguiu alcançar um equilíbrio entre este ganho de estabilidade com as perdas econômicas (vulnerabilidade externa, maquilização da economia) e sociais (diminuição dos salários reais, desemprego, desenvolvimento regional desigual, aumento da pobreza, migrações, intensificação da violência).

Conclusão

No início de sua história, já se pôde perceber o quanto os Estados Unidos influenciariam no México, como, por exemplo, com a tomada de mais de 50% de seu território ainda no século XIX. Tal relação se acentuou após a declaração de moratória em 1982, quando o México mudou sua estratégia política e econômica e passou a investir em uma aproximação ainda maior aos Estados Unidos aos moldes da tendência econômica da época, o neoliberalismo.

¹⁷ “Existe un consenso cada vez más generalizado de que el impacto positivo del TLCAN parece haberse agotado” (BRID et. al, 2005: 18).

Por meio de diversos dados econômicos e comerciais foi demonstrada uma forte interdependência assimétrica, onde, em função de um poder político e econômico tão desiguais, o México atrela sua economia ao longo da história, como forma de se direcionar a uma via de desenvolvimento vinculada aos Estados Unidos, aprofundado no processo de neoliberalização da década de 1990.

O fator ilustrador dessa relação foi o NAFTA, como marco da institucionalização da relação do México com os Estados Unidos e sua opção de via de desenvolvimento. Apesar de os apoiadores do NAFTA terem previsto uma transferência de tecnologia e qualidade de vida em geral entre seus membros, até se equilibrar a situação mexicana à estadunidense, os dados nos mostram que o México, mesmo tendo ganhado um maior acesso ao mercado dos Estados Unidos, não conseguiu transformar o acesso ao maior mercado do mundo em benefícios ao fortalecimento político e melhora do posicionamento mexicano no sistema internacional.

Referente a seu fortalecimento político, percebeu-se que o NAFTA, além de um instrumento econômico, se tornou um instrumento político, que atrela o governo do México aos interesses estadunidenses, dando-se um grande destaque a questão da segurança nacional dos Estados Unidos, que teme pelo o aumento substancial de poder dos cartéis de narcotráfico mexicanos. Por outro lado, este instrumento político não se estabelece como uma via dupla, pois em função da interdependência assimétrica, o interesse mexicano em tratar sobre a situação de seus imigrantes nos Estados Unidos acaba sendo colocado em último plano e até mesmo, em prol da segurança estadunidense, rejeitado pelos conservadores, recrudescendo as leis e barreiras aos imigrantes mexicanos, como pode-se verificar na construção do muro na fronteira entre estes dois países.

Já em relação à posição internacional do México, se constatou uma forte vulnerabilidade, causada, principalmente, pela intensa vinculação da economia mexicana à dos Estados Unidos. Diante dos dados econômicos e comerciais, ficou clara a dependência mexicana ao desenvolvimento da economia estadunidense, como se pôde verificar nos momentos de crise dos Estados Unidos, os quais afetam severamente a economia do México.

Contudo, percebe-se pelos dados de comércio e IEDs que nos últimos anos o peso dos Estados Unidos na economia mexicana vem diminuindo e outras regiões vem crescendo no cenário

econômico do México, o que representa uma tentativa de diversificação de mercados e consequentemente uma diminuição do atrelamento aos Estados Unidos.

Assim, verifica-se a necessidade de que em trabalhos futuros se mantenha a contínua análise de dados econômicos e sociais, assim como de acordos e tratados firmados entre México e Estados Unidos, para que se mensure até que ponto este processo de afastamento apontado por determinados dados econômicos representa uma iniciativa pensada na diversificação das relações mexicanas ou se trata de ajustes sistêmicos, reflexo da crise econômica passada pelo governo estadunidense a partir de 2008 e da crescente expansão chinesa no mercado mundial.

Referências bibliográficas

ARRIAGA, Víctor. (1995), 'El manejo de la relación con Estados Unidos, 1990-1994' (Cidade do México: CIDE), http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/RM6I6QC3QN2G31KY67YTRTR57ST5KK.pdf.

BANCO DO MÉXICO. (2015), 'Política monetária e inflación'. (Cidade do México: Banco do México), <http://www.banxico.org.mx/estadisticas/index.html>.

BANCO MUNDIAL. (2015), 'World Bank Open Data'. (The World Bank Group), <http://data.worldbank.org/>.

BERNAL-MEZA, Raúl. (2007), "México: treinta años de política exterior". Revista Carta Internacional, vol. 2, No 1, pp. 32-51.

BRID, Juan Carlos Moreno; VALDIVIA, Juan Carlos Rivas; NÁPOLES, Pablo Ruiz. (2005), "La economía mexicana después del TLCAN". Revista Galega de Economía, vol. 14, No 1-2, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39114214>.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. (2015), 'Migración Internacional'. (Cidade do México: CONAPO), <http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Indices>.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (2002), "A estratégia econômica americana". In Soberania sim, Alca não, editado por CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, Editora Expressão Popular.

HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia. (2010), "Importancia de Estados Unidos y Canadá en el comercio internacional de México a partir del TLCAN". Revista Académica del CISAN-UNAM, vol. 5, No 2, v. 5, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193719383006>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). (2015) 'Banco de información económica'. (Cidade do México: INEGI), <http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>.

MALDONADO, Eduardo. (2012), "Desempenho econômico e comércio internacional". In Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil, editado por DATHEIN, UFRGS.

MANAUT, Raúl Benítez. (2006) "México-Estados Unidos: paradigmas de una inevitable y conflictiva relación". Revista Nueva Sociedad, n. 206, http://www.nuso.org/upload/articulos/3400_1.pdf.

PETERS, Enrique Dussel. (2000), 'El Tratado de Libre Comercio de Norteamérica y el desempeño de la economía en México' (Cidade do México: CEPAL), <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/9571/1431.pdf>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (2014), 'Índice de Desarrollo Humano Municipal en México: nueva metodología' (Cidade do México: PNUD), http://www.undp.org.mx/IMG/pdf/IDH_municipal_PNUD.pdf.

RINCONES, Rodolfo. (2004), "La frontera México-Estados Unidos: elementos básicos para su comprensión". Revista Araucaria, vol. 5, No 11, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28211506>.

RUIZ, Miguel Ángel Vázquez. (2004), "Elementos para evaluar una década de TLCAN: el caso mexicano". Revista Geoenseñanza, vol. 9, No 1, <http://www.redalyc.org/pdf/360/36090106.pdf>.

SADER, Emir. (2002), "Imperialismo norte-americano e a Alca". In Soberania sim, Alca não, editado por CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, Editora Expressão Popular.

SCHIAVON, Jorge A. (2006), 'La relación especial México-Estados Unidos: Cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fria' (Cidade do México: CIDE), <http://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20137.pdf>.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. (2015), 'Estadística oficial de los flujos de IED hacia México' (Cidade do México: SE), <http://www.economia.gob.mx/comunidad-negocios/competitividad-normatividad/inversion-extranjera-directa/estadistica-oficial-de-ied-en-mexico>.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. (2015), 'American FactFinder' (Washington: Census), <http://factfinder2.census.gov/faces/nav/jsf/pages/index.xhtml>.

VELASCO, Andrés Enrique Miguel; CRUZ, Pedro Maldonado; VALDEZ, Julio César Torres. (2007), "Desigualdad del desarrollo regional en México". Revista Latinoamericana de Economía, vol. 38, No 151 <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11820167005>.

VEGA, Carlos Alba. (2003), "México después del TLCAN: el impacto económico y sus consecuencias políticas y sociales". Revista Foro Internacional, No 171, <http://brd.unid.edu.mx/recursos/ADI%20MI/MI09/M%C3%A9xico%20despu%C3%A9s%20del%20TLCAN.pdf>.

VILLAMAR, Zirahuén. (2013), "La política exterior mexicana tras el regreso del PRI: una visión para los próximos seis años". Revista Nueva Sociedad, No 247, http://www.nuso.org/upload/articulos/3974_1.pdf.